



BUEN VIVIR, HABITAT E A QUESTÃO AMBIENTAL

Autores:

Janaina Marx - Universidad Central del Ecuador - janainamarx@gmail.com

Resumo:

As lutas sociais desenvolvidas na América Latina promoveram disputas por espaços de poder que levaram à instauração de uma onda de governos progressistas na última década, fomentando processos que buscavam uma profunda transformação social no continente. Equador e Bolívia se destacaram pela incorporação de pautas originadas desde os movimentos indígenas e camponeses em seus marcos legais sintetizados no buen vivir. O termo buen vivir é inspirado nas expressões *sumak kawsay* e *sumaq qamaña*, dos grupos indígenas *kichwa* e *aimara*. Portanto, os povos indígenas são a fonte de inspiração para a renovação do pensamento de esquerda. O Estado equatoriano avançou ao considerar a universalização dos direitos sociais como um requisito para alcançar o buen vivir, entre eles o direito ao habitat e à moradia. Com isto novas exigências, como a sustentabilidade e a função ambiental da propriedade passam a existir. A construção de alternativas inspiradas neste conceito deve considerar uma relação mais harmônica entre homem natureza, partindo do questionamento da concepção burguesa da natureza. Neste sentido, este trabalho analisa a experiência da Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria desenvolvida no sul de Quito, trazendo elementos para o debate sobre a construção de alternativas desde o habitat para a promoção do buen vivir.



BUEN VIVIR, HABITAT E A QUESTÃO AMBIENTAL

Reflexões a partir da experiência da *Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria* em Quito, Equador

INTRODUÇÃO

As lutas sociais desenvolvidas na América Latina promoveram disputas por espaços de poder que levaram à instauração de uma onda de governos progressistas na última década. Este cenário fomentou a construção de processos que buscavam uma profunda transformação social no continente. Entretanto, Equador e Bolívia se destacaram pela incorporação de pautas originadas desde os movimentos indígenas e camponeses em seus marcos legais. Neste sentido, estes países sinalizaram um caminho alternativo para a superação do neoliberalismo a partir da construção de um novo paradigma: o *buen vivir*.

O termo *buen vivir* tem sido a fonte de inspiração para a construção de alternativas ao desenvolvimento, uma ideia que tem sido questionada, tanto por seu caráter colonialista, como pelas insuficientes respostas oferecidas aos inúmeros problemas enfrentados pela sociedade. Atualmente a ideia do *buen vivir* tem sido construída a partir de diferentes olhares, a partir da visão indígena, da visão acadêmica e da visão de estado. Isto demonstra que o conceito está em disputa, e que é uma importante plataforma para repensar alternativas ao desenvolvimento em nosso continente e os caminhos para a superação da visão economicista do desenvolvimento.

A inclusão deste paradigma nos marcos legais destes países lançou inúmeros desafios para a construção de uma agenda do *buen vivir*. Nesta perspectiva, o Estado exerceria um papel central na sua promoção, assumindo a responsabilidade de impulsar processos desde as diferentes temáticas desenvolvidas pelo Estado e nas diferentes escalas territoriais. Isso significa incluir estratégias desde a escala nacional até a escala local, aqui desenvolvida a partir da ideia do habitat. Neste sentido, o Estado equatoriano avançou ao considerar a universalização dos direitos sociais como um requisito para alcançar o *buen vivir*. Assim, a garantia destes direitos, entre eles o direito ao habitat e à moradia ganham outras características e exigências, como por exemplo a sustentabilidade e a função ambiental da propriedade.

Este processo em construção deve partir do questionamento do desenvolvimento e dos paradigmas sobre os quais foram construídas as sociedades latinas a partir da concepção



da modernidade, da construção do pensamento científico hegemônico e do estabelecimento das relações coloniais, avançando assim, sobre as possibilidades e maneiras de construir alternativas para o Sul desde o Sul. Entende-se que o *buen vivir* demanda uma reconstrução das relações homem natureza, nas diferentes escalas.

Este trabalho traz as explorações iniciais de um doutorado, que busca compreender as alternativas de construção do habitat a partir dos aportes trazidos pelo *buen vivir*, considerando a natureza como parte intrínseca desta construção. Para isto, se estruturou o trabalho em 4 partes: a primeira apresenta o conceito do *buen vivir*, abordando a existência de encontros e divergências na construção deste conceito; a segunda aborda a inclusão do habitat no marco legal equatoriano e sua relação com o *buen vivir*, entendendo como a questão ambiental atravessa este debate; a terceira busca desconstruir a concepção burguesa da natureza, considerado aqui um importante passo para a construção de alternativas a partir do *buen vivir*, incorporando outros saberes neste processo e, finalmente, se apresenta uma experiência equatoriana que traz elementos para o debate sobre a construção de alternativas desde o habitat para a promoção do *buen vivir*.

O BUEN VIVIR

“nosotras y nosotros, el pueblo soberano del Ecuador (...) decidimos construir una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay; una sociedad que respeta, en todas sus dimensiones, la dignidad de las personas y las colectividades” (EQUADOR, 2008, p.08)

A aprovação das novas constituintes no Equador (2008) e na Bolívia (2009) posicionaram estes países no centro do debate sobre os novos caminhos para o desenvolvimento do continente latino-americano. O caráter progressista dos textos legais em relação aos direitos da natureza e à interculturalidade inauguraram um novo momento político no continente. Ao incorporar o paradigma do *buen vivir*, estes marcos legais reconheceram a necessidade de aprofundar o questionamento dos valores sobre os quais foi construída a sociedade contemporânea.

O surgimento das primeiras expressões formais do *buen vivir* está relacionado aos processos políticos progressistas desenvolvidos na última década nestes países. A emancipação política de camponeses e indígenas de distintas composições étnicas, originaram o que Yashar (2005, p.12) define como uma politização da etnicidade. Durante os governos ditatoriais, estas formas de organização foram negadas, perseguidas e reprimidas. A partir dos anos 80, com o período de redemocratização, estes grupos retomaram suas lutas a partir do fortalecimento de suas bases socio-territoriais. Desta maneira, estes grupos, historicamente marginalizados, passaram a assumir o protagonismo político nas lutas contra o neoliberalismo, que nos anos 90 avançava sobre a América Latina (FLORES, 2017, p.124). Estes movimentos reivindicavam alternativas ao desenvolvimento baseado no extrativismo e à superação das heranças coloniais ainda persistentes em nossas nações. É interessante perceber, como as pautas reivindicadas pelas lutas indígenas e camponesas desenvolvidas



nos países andinos começaram a apresentar uma grande convergência com os movimentos ambientalistas e antiglobalização que surgiram no cenário internacional neste momento (VANHULST, 2015, p.05).

Mas o que é o *buen vivir*? O termo é inspirado nas expressões *sumak kawsay* e *sumaq qamaña*, recuperados dos grupos indígenas *kichwa* y *aimara* presentes no Equador e na Bolívia, respectivamente. Portanto, os povos indígenas são a fonte de inspiração para a renovação do pensamento de esquerda (ACOSTA, 2009, 2010, 2012; ALCOREZA, 2011; CHOQUEHUANCA, 2010; GUDYNAS, 2011(a), 2011(b); LE QUANG E VERCOUTÈRE, 2013). No entanto, o *buen vivir* não deve se esgotar “aos atributos folclóricos”, uma vez que sua origem está relacionada a um contexto de questionamento substancial do paradigma do desenvolvimento, da relação com natureza, da interculturalidade, do sistema capitalista, sobretudo do neoliberalismo. Neste sentido, Muyolema, um importante pensador Kichwa, adverte que:

“O *Buen Vivir* não corresponde a uma “categoria ancestral”, mas sim a uma invenção epistemológica que se alimenta das lutas ecológicas que preocupam um mundo em crise e nomeia um conjunto de práticas constitutivas de modos de vida andinos. Se trata de um conceito intersticial cujo potencial e legitimidade estão em sua capacidade de devir em uma opção de vida desde seu enraizamento nas práticas que definem os modos de vida andinos, como a minga¹ e o campo prático e conceitual associado a ela” (MUYOLEMA, 2012).

Para Eduardo Gudynas (2011) o *buen Vivir* deve ser entendido como um projeto em construção, uma plataforma para ver o mundo de outras maneiras e não um conceito claro e preciso. Entre tantas abordagens é possível reconhecer três correntes principais: (i) a culturalista/indigenista, que defende o *buen vivir* como um discurso profundo dos povos ameríndios e se caracteriza pela importância dada a autodeterminação dos povos indígenas; (ii) a ecologista/pós-estruturalista, que questiona a ideia de desenvolvimento e a destruição da natureza, esta corrente é representada por alguns intelectuais progressistas da América Latina e da Europa ligados ao ambientalismo e a outros movimentos sociais e apresentam o conceito do pós-extratativismo e (iii) a ecomarxista/socialista, que concentra seu ataque no sistema político, social e econômico que define o mundo capitalista, não se limitando à visão indígena do termo, este grupo se caracteriza pela importância dada a gestão pública da política estatal do *buen vivir*, bem como a igualdade social, portanto os temas ambientais e culturais não são a prioridade, ainda que estejam presentes (VECOUTERE E LE QUANG, 2013, p.19; VANHULST, 2015, p.06).

Cada uma destas correntes apresenta importantes contribuições para a construção deste novo paradigma, no entanto, é importante reconhecer que existem diferenças, pois ao se tratar de um conceito aberto, ainda em construção, sua utilização pode levar a interpretações equivocadas. Porém, para a construção de alternativas dentro do espectro conceitual que o *buen vivir* nos traz, nos interessa encontrar os pontos comuns em meio a

1



este heterogêneo conjunto de ideias. Vanhulst (2015, p.06) entende que os pontos de encontro se referem a ideia de harmonia com a natureza, a reivindicação dos princípios e valores dos povos marginalizados, a democracia e o papel do Estado como responsável por garantir a justiça social e as necessidades básicas (saúde, educação, alimentação, água, hábitat, etc.).

O BUEN VIVIR E O HABITAT

A constituição equatoriana estabelece um horizonte no qual o centro do desenvolvimento é o ser humano e o objetivo final é alcançar o *buen vivir*, buscando superar a visão que reduz o desenvolvimento ao crescimento económico (LARREA, 2011, p.60). Isto implica em melhorar a qualidade de vida da população, desenvolver suas capacidades e potencialidades, contar com um sistema econômico que promova a igualdade através da redistribuição social e territorial dos benefícios do desenvolvimento, fomentar a participação efetiva da cidadania em todos os âmbitos de interesse público estabelecer uma convivência harmônica com a natureza, garantir a soberania nacional, promover a integração latino americana e proteger a diversidade cultural (EQUADOR, 2008, art. 276). Neste sentido, o novo marco legal equatoriano abre caminhos para um processo de transformação social, que dependerá das futuras correlações de forças.

Para alcançar estes objetivos, a constituição estabelece a universalização de direitos sociais a partir do chamando “*regimen del buen vivir*”. Entre eles estão o direito à água e alimentação, ao ambiente saudável, à comunicação e informação, à cultura e ciência, à saúde, ao trabalho e à segurança social e, finalmente ao habitat e moradia. Os artigos 30 e 31 que se referem ao direito ao habitat e à moradia incorporam a dimensão ambiental, trazendo o desafio de soluções que fomentem a interdependência entre sociedade, habitat e natureza.

“Art. 30.- las personas tienen derecho a un hábitat seguro y saludable, y a una vivienda adecuada y digna, con independencia de su situación social y económica. Art. 31.- Las personas tienen derecho al disfrute pleno de la ciudad y de sus espacios públicos, bajo los principios de sustentabilidad, justicia social, respeto a las diferentes culturas urbanas y equilibrio entre lo urbano y lo rural. El ejercicio del derecho a la ciudad se basa en la gestión democrática de ésta, en la función social y ambiental de la propiedad y de la ciudad, y en el ejercicio pleno de la ciudadanía”(EQUADOR, 2008, p.08).

Este renovado processo político inaugurado no Equador foi seguido pela elaboração do *Plan Nacional del Buen Vivir*, (PNBV 2009-2013), complementada em sua versão seguinte PNBV 2013-2017. O “*Plan Nacional para el Buen Vivir*” estabeleceu uma nova agenda baseada em uma estratégia territorial e doze objetivos nacionais para alcançar o *buen vivir*. A estratégia territorial possibilitaria articular a política pública nacional às necessidades próprias de cada território, considerando o território uma construção social de caráter dinâmico. Entre os doze objetivos propostos, o “objetivo 3: melhorar a qualidade de vida da população”, incluiu uma visão conjunta de todos os direitos que o cidadão deveria ter para



alcançar o *buen vivir*. Desta maneira, o plano reforça a ideia de que o habitat deve ser entendido como o entorno integral e construído, no qual a população se assenta e desenvolve suas atividades. Portanto, o habitat deve ser ambientalmente saudável e brindar condições de segurança para a população, uma vez que as condições do habitat e da moradia são determinantes para a qualidade de vida das pessoas (PNBV, 2013, p.141). O habitat é colocado como uma questão central para alcançar a qualidade de vida, desta forma, mais uma vez se retoma a importância do território (urbano ou rural) para a promoção do *buen vivir*, desta vez em uma escala local.

Neste sentido, o PNBV 2013-2017 elabora um diagnóstico que aponta que:

“A segregação urbana excluiu grandes setores populares do acesso à moradia e hábitat seguro, devido a práticas imobiliárias especulativas que otimizaram rendas a través da incorporação irracional do solo. A falta de uma planejamento urbano provocou também o desconhecimento das diversidades sociais, culturais e territoriais, a exacerbação do individualismo, e consumo e uma fragmentação das cidades” (PNBV, 2017, p.142).

Considerando que o direito ao hábitat e moradia devem ser garantidos pelo Estado, em todos seus níveis correspondentes, o PNVB (2013, p.136) indica a necessidade de se fortalecer o ordenamento territorial, o planejamento urbano e a regulação com a finalidade de promover assentamentos humanos urbanos e rurais sustentáveis, buscando “o encontro com a natureza, para viver em um ambiente saudável”.

A inclusão do *buen vivir* nas leis equatorianas demandou inovações e trouxe desafios técnicos e políticos. As estratégias desenvolvidas desde o ente público em relação ao habitat não avançaram como esperado, contudo, estamos diante de um processo em construção. Neste sentido, é possível encontrar valiosas experiências que incorporam os princípios do *buen vivir* na produção do habitat. Estas experiências, desenvolvidas desde as comunidades, apresentam alternativas para a construção do habitat a partir de uma relação harmônica com a natureza, incorporando a gestão comunitária e a economia solidária em seus processos e fortalecendo elementos da cultura ancestral. O exemplo tratado neste artigo refere-se ao projeto implantado há 17 anos na periferia de Quito pela *Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria*. A partir do estudo de exemplos como este espera-se avançar na construção de alternativas para a promoção do habitat a partir do paradigma do *buen vivir*, considerando alianças entre o Estado e comunidade.

A MODERNIDADE E A NATUREZA

O *buen vivir* necessariamente implica em uma nova compreensão do que é a natureza, uma vez que esta é uma questão central incorporada pelas três correntes principais que debatem este tema. Mas como entender a natureza dentro deste novo paradigma? A concepção contemporânea da natureza tem suas raízes no capitalismo industrial, na construção do pensamento moderno e no colonialismo. Portanto, para



entender a natureza dentro da cosmovisão indígena é necessário desconstruir o que Neil Smith (1988) define como concepção burguesa da natureza. No livro *Desenvolvimento Desigual*, o autor relaciona a visão contemporânea da natureza com a origem do capitalismo industrial. Neste momento, a natureza passa a ser entendida como algo externo a sociedade humana, um elemento a ser dominado pelo homem com ajuda do conhecimento científico, uma vez que ela passa a significar uma barreira que limita o desenvolvimento econômico.

O advento da modernidade estabeleceu um conjunto de pressupostos intelectuais e morais baseados nos ideais iluministas que afirmavam a liberdade do homem, a autonomia política em relação à religião e o estabelecimento da ciência como detentora da verdade. Apesar do projeto da modernidade consolidar-se no início do século XIX, com a revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo, sua origem está no desejo de ruptura com o pensamento tradicional da Idade Média. Com a modernidade, uma nova estrutura de poder passou a definir as relações de dominação que se estabeleceram a nível mundial. Neste sentido é importante relacionar a origem deste novo projeto ao estabelecimento do sistema colonial na América.

Durante o século XV, o otimismo em relação à inteligência e à razão humana impulsaram a expansão territorial e comercial, promovendo o primeiro movimento de globalização. Contudo, a fé nas capacidades do homem alimentava uma lógica de opressão e dominação da natureza, que com a “descoberta” do novo mundo converteu-se na dominação do próprio homem. Em nome da salvação do “selvagem”, o colonizador europeu estabeleceu um sistema de opressão que submeteu todas as demais culturas. O conjunto de crenças e posturas intelectuais estabelecidas com a modernidade foram cruciais para a validação da estrutura de poder do sistema colonial, onde a metrópole detinha o conhecimento científico e a colônia, a ignorância.

Para autores como Quijano (1978, 2000, 2005) as formas de controle e dominação impostas pelo colonizador nunca poderiam haver sido legitimadas sem a construção da diferença, da ideia de raça e da existência de um mundo subalterno. A ideia da raça, fundada pela modernidade, contribuiu para o discurso de que haviam seres humanos superiores e inferiores, avançados e primitivos. Durante o período colonial a América se converteu na primeira periferia do sistema-mundo, possibilitando a oportunidade de acumulação primitiva do capital a partir da exploração da natureza. A natureza era entendida como um objeto a ser manipulado e dominado pelo homem. Nesta perspectiva o homem não é parte da natureza, mas considerada apenas como o ambiente social e físico no qual vivem os seres humanos, portanto a relação com a natureza é mecânica, baseada em uma aceção física, algo passível de dominação pelo desenvolvimento do conhecimento científico. As relações de poder estabelecidas durante o período colonial seguem presentes. O fim deste período não significou o fim das relações coloniais nas esferas econômica, política e cultural, mas se estabeleceram como relações baseadas na colonialidade (QUIJANO, 2000, 2005). A associação entre modernidade e colonialidade perpetua-se na contemporaneidade, definindo o desenvolvimento da sociedade latino americana e, portanto, nossa visão de natureza.



Os povos ameríndios que habitavam o *Abya Yala*², este extenso território hoje denominado América, compartilhavam um modo de conceber a vida e se relacionar com o entorno, desenvolvendo conhecimentos e tecnologias em resposta às diversas realidades. Por exemplo, na cosmovisão andina, homem e natureza são partes de um todo, portanto, o homem não é o centro do universo, mas apenas uma parte de uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, que integram o universo. Assim, destruir a natureza é destruir o próprio homem, uma vez que não existe separação entre eles.

Esta visão da natureza, assim como os demais conhecimentos ancestrais foram paulatinamente invalidados pela ciência moderna, que se impôs como pensamento hegemônico e se estabeleceu como estrutura de poder, passando a definir o que é válido (científico) do que não é. Para Boaventura Souza Santos (2009, p.25) o pensamento moderno, racional e científico, se apresenta como um pensamento abissal, único, predominante, desmerecendo conhecimentos como a filosofia ou a teologia e ignorando a existência de conhecimentos tradicionais provenientes de culturas indígenas, negras e demais povos ancestrais. Desta maneira, todo o conhecimento anterior à colonização é dado como místico, bruxaria ou crença. O pensamento moderno colocou as culturas ancestrais em um nível de subdesenvolvimento, onde quaisquer conhecimentos produzidos por estes povos são invalidados por pertencerem a uma “cultura inferior”.

Ainda assim, muitos saberes ancestrais se mantêm vivos, sugerindo alternativas para uma relação mais harmônica entre homem e natureza, questão que a modernidade não foi capaz de solucionar. A construção de sociedades baseadas no paradigma do *buen vivir* deve incorporar estes outros conhecimentos e promover as interações entre saberes científicos e não científicos. Boaventura Souza Santos (2009, p.45) afirma que é necessário confrontar a ideia do pensamento fundado com a modernidade a partir do “reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia”, o que ele denomina ecologia de saberes. Somente desta maneira seria possível a construção de alternativas desde o Sul e para o Sul Global. Neste sentido, os povos andinos trazem importantes contribuições para reconstrução da relação homem natureza em diferentes escalas, inclusive a partir do habitat, seja ele urbano ou rural. Estas comunidades atuam desde o tecido social a partir da reciprocidade, solidariedade e do respeito à natureza a partir de práticas que demonstram que a interação entre diferentes conhecimentos, baseado numa ecologia de saberes, pode gerar respostas mais coerentes com nosso território e nossa sociedade.

ALIANZA SOLIDARIA: A RELAÇÃO ENTRE HABITAT E NATUREZA

Assim como em outros países latino americanos, o Equador passou por um acelerado processo de urbanização. A partir dos anos 50, as incipientes zonas urbanas começaram a

² A partir da *II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala*, realizada em Quito, no ano 2004, a expressão *Abya Yala* passou a ser utilizada com este sentido político.



atrair a população rural em busca de melhores condições de vida, no entanto, a partir dos anos 70, com o boom petrolífero, a migração campo-cidade se intensificou, desencadeando um acelerado processo de urbanização associado à escassez de infraestrutura urbana. No caso equatoriano, este processo se concentrou majoritariamente nas cidades de Quito e Guayaquil, gerando enormes desigualdades regionais a escala nacional. Este processo resultou em uma urbanização incompleta, desigual e com graves problemas urbanos, principalmente relacionados à falta de acesso a moradia e serviços básicos.

Em Quito, os movimentos pró-moradia começaram a se organizar ainda na primeira metade do século XX. Porém, diante da precariedade e da insuficiente ação estatal, muitas vezes os resultados alcançados a partir desta luta geraram outros problemas, como a formação de bairros precários sem infraestrutura e o surgimento do tráfico de terras. Neste contexto, surge uma experiência no sul da cidade de Quito, com interessantes aportes desde o conhecimento acumulado por estas lutas e do conhecimento ancestral que trazem contribuições para o debate sobre a questão ambiental e o habitat urbano baseadas no *buen vivir*.

“Num primeiro momento foi a luta por um pedaço de terra e as obras de urbanização com o objetivo de que cada sócio possa construir sua própria moradia de acordo com as suas possibilidades e necessidades. Isto levou à consolidação de bairros com um desenvolvimento profundamente desigual e a geração de muitos problemas como uma grande quantidade de glebas abandonadas, subdivisões e transferências ilegais, falta de ordem, descuidos e ausência de higiene. Esta experiência nos ensinou que obter o terreno, ainda quando este seja urbanizado, não soluciona o problema da moradia, ainda pior, que seja um aporte para a construção de comunidade” (MELO, sem data[a]).

As origens desta experiência datam de 1992, quando nove cooperativas de distintos ramos criaram a *Asociación de Cooperativas Múltiples de Quito - ACMQ* e construíram um programa de desenvolvimento comunitário integral. Os resultados deste programa não cumpriram com as expectativas da comunidade, no entanto, foram a semente para a *Cooperativa Alianza Solidaria - COOVIAS*. No ano 2000, a cooperativa adquiriu um terreno de aproximadamente 6 hectares no sul da cidade de Quito, onde decidiram implantar um projeto de habitação de interesse social “dedicado à construção de habitat, moradia e comunidade por meio de formas cooperativas, autogestionárias e de economia solidária para o *buen vivir*” (MELO, no date [b]; LÓPEZ, 2012, p. 44). O projeto chamado de *Solidaridad Quitumbe* tinha como objetivo gerar:

“...um novo modo de vida, com uma comunidade participativa, consciente e solidária, localizada num território devidamente planejado, com formas de poder e controle que propiciem a construção de uma força social com identidade, baseada no trabalho, no respeito à diversidade, à democracia, à iniciativa tanto coletiva como individual, à ajuda mútua e autogestão” (COOVIAS, 2012b).



O modelo cooperativo e de autogestão foram fundamentais para viabilizar a compra e urbanização do terreno. O terreno adquirido era parte da área de expansão urbana de Quito proposto pela prefeitura no *Plan Ciudad Quitumbe*³ e estava delimitado por dois talwegues, as *quebradas*⁴ Ortega e El Carmen, que posteriormente se converteram nos símbolos do projeto. Com a posse do terreno, iniciaram o processo participativo para a definição das diretrizes de implantação e construção das casas. Este processo foi realizado a partir de atividades de formação e sensibilização dos associados, com o objetivo de despertar um posicionamento consciente e crítico dos envolvidos. Desta maneira, a definição das diretrizes do projeto foi acompanhada da construção do entendimento de que “o problema habitacional, não está relacionado somente à construção de casas, deve-se considerar o entorno natural ao redor delas(...) por isso é necessário tratar todo o hábitat” (MELO, no date [b]).

Na urbanização a COOVIAS dividiu o terreno em grandes glebas (vizinhanças), contrariando a ideia da propriedade individual normalmente ofertada pelo mercado. O modelo de “co-propriedade”⁵ facilitou as assinaturas de vários convênios entre a cooperativa e as instituições do Estado, como a empresa pública de água e saneamento, para a implantação dos sistemas de água e esgoto e a empresa de obras públicas para a pavimentação das vias internas. Os acordos previam a corresponsabilidade do custo das obras, ou seja, parte seria subsidiado pelo estado e parte seria cobrado das famílias em pequenas quotas após a entrega das escrituras.

Os projetos de desenho urbano, arquitetônicos e complementares estiveram a cargo do escritório de arquitetura e engenharia “*Andino y Asociados*”, responsável pela construção das casas. A empresa, contratada pela cooperativa sob o regime de assessoria técnica, esteve sob a coordenação de uma “unidade de gestão”, conformada por sócios da COOVIAS e técnicos da empresa. Esta unidade era encarregada de “definir, aplicar e avaliar os processos relacionado com o planejamento, construção, financiamento e organização das moradias” (COOVIAS, 2012a, p.43). Com esta organização a cooperativa garantiu um grupo permanente para a tomada de decisões do projeto e a construção das moradias. Os sócios da cooperativa decidiram não construir suas casas por meio de mutirões, pois segundo seus critérios, este seria um trabalho técnico, que deveria ser realizado por profissionais.

³ O Plan Quitumbe, proposto pelo Municipio em 1991 buscava estabelecer un novo papel para o sul de Quito, considerando o déficit habitacional identificado naquela época pela Junta Nacional de Vivienda.

⁴ Por estar no cinturão de fogo de Pacífico, o Equador possui inúmeros vulcões que definem a topografia do país. A cidade de Quito está assentada nas bordas de um destes vulcões: o *Pichincha*. Os fluxos sedimentares das erupções vulcânicas marcaram a paisagem da capital com a presença de uma serie de cavidades denominadas quebradas. As quebradas são parte importante do sistema hídrico e ecológico associados às bacias hidrográficas do Distrito Metropolitano de Quito. As quebradas exercem uma importante função ambiental, abrigando uma grande variedade de espécies da fauna e flora silvestres, reduzindo os riscos de deslizamentos, regulando o volume de aguas evitando as inundações. No entanto, parte da população urbana percebe as quebradas como lugares inseguros, depósitos de lixo de esconderijo de marginais. Com o crescimento das cidades a partir do período colonial, as quebradas têm sido preenchidas com o objetivo de promover a expansão urbana, sobre elas foram construídas ruas e consolidados bairros. Este costume tem significado uma grande perda para a cidade e gerado graves problemas ambientais.

⁵ A co-propriedade distribui os direitos de propriedade em partes iguais para cada associado, resultando em uma espécie de condomínio.



FIGURA 01 – Moradias da cooperativa e a relação público privado.



Fonte: COOVIAS

Desde o princípio, a COOVIAS reconheceu a importância de criar uma cultura de educação e capacitação baseadas nos valores cooperativos para a formação de comunidades conscientes, participativas e autogestionárias (LÓPEZ, 2014, p.46). Os métodos utilizados foram inspirados nos ensinamentos do educador Paulo Freire, buscando sempre romper com a ideia da simples transferência de conhecimento, para um modelo pedagógico que busca a transformação do indivíduo a partir de suas atitudes, crenças, paradigmas, formas de pensar e de atuar (LÓPEZ, 2010, p.73). As capacitações abordaram temas como o *buen vivir*, viver em comunidade, o hábitat saudável, a relação entre vizinhos, a segurança comunitária, a resolução de conflitos e a cultura do diálogo, sempre estimulando uma atitude crítica e um posicionamento consciente frente aos problemas que seriam enfrentados (LÓPEZ, 2014, p.56).

Outra estratégia utilizada para fortalecer a comunidade foi o resgate do trabalho comunitário a partir da *minga*⁶, uma tradição ancestral ainda presente no mundo andino. A minga é um poderoso ritual cultural e cerimonial de convocação e reunião das comunidades, um espaço de intercâmbio de normas socioculturais (ACOSTA 2012, p.207). Além disso, a minga sintetiza a importância do trabalho comunitário na cultura andina, como um eixo fundamental para garantir o bem-estar individual, familiar e coletivo. Estes valores ancestrais, ainda presentes na sociedade, foram capazes de mobilizar a comunidade para a recuperação das quebradas Ortega e El Carmen. As mingas eram realizadas todos os

⁶ No Equador, umas das tradições mais comuns é a *minga*, um tipo de trabalho comunitário de utilidade social, a partir do qual são realizadas intervenções no território como canais de abastecimento de água, escolas, postos de saúde, ruas e casas. Portanto, a “*minga*” é uma importante prática ancestral comunitária capaz de reunir atores para a transformação do território.



domingos. Durante o trabalho as hierarquias se dissolveram, do gerente ao recém associado, todos se encontravam. Esta dinâmica reforçou as relações horizontais entre os associados, criando laços de solidariedade que diferenciaram esta experiência de outras anteriores (COOVIAS, 2012a, p.54). Durante todo o processo as pessoas compreenderam sua situação social e cresceram politicamente dentro de “uma experiência difícil e sacrificada, porém, muito rica e esclarecedora (MELO, sem data[c]).

FIGURA 02 – Vista da *quebrada* (talvegue) antes da limpeza.



Fonte: COOVIAS

É interessante perceber como, mesmo nas grandes cidades, como é o caso de Quito, a *minga* segue sendo uma prática capaz de mobilizar a comunidade para promover importantes intervenções no território. Inicialmente, a presença das duas grandes *quebradas* gerou uma decepção generalizada entre os associados, pois desde o imaginário popular, estes espaços eram considerados depósitos de lixo e esgoto, e somente as famílias mais pobres se assentavam junto a eles (MELO, sem data[c]). Estas crenças, herdadas do período colonial, evidenciaram a discriminação, o desprezo e o medo da natureza. Em Quito, a prática comumente adotada em terrenos acidentados é o preenchimento das *quebradas*, solução apresentada inicialmente pelos moradores, porém, os processos de educação e capacitação, permitiram que os associados questionassem o senso comum e convertessem o problema em uma oportunidade. Assim, decidiram conjuntamente recuperar as *quebradas* e implantar um parque ecológico para toda comunidade. O trabalho da cooperativa demonstra a importância de “promover uma mudança nos padrões culturais das comunidades (LÓPEZ, 2014, p.50). Estas decisões foram fundamentais para que a cidade de Quito ganhasse um modelo inovador para recuperação de *quebradas* desde o ponto de vista ambiental e social.



FIGURA 03 – *Minga* para a construção do parque ecológico.



Fonte: COOVIAS

A implantação do parque ecológico durou 10 anos e foi organizado em 3 etapas: (i) limpeza, (b) recuperação e (c) construção. Durante os três anos de limpeza, os moradores retiraram dez toneladas de lixo (MELO, sem data[c]). Nesta etapa surgiram as primeiras metodologias de organização social, como por exemplo o banco de ferramentas, onde os associados realizaram doações de ferramentas a cooperativa e estas eram guardadas no armazém para uso comum. Isto facilitou o trabalho dos associados nas mingas e evitou os inconvenientes do traslado no transporte público. O banco de ferramentas existe até hoje para o cuidado e manutenção do parque e do conjunto habitacional.

As mingas continuaram durante a etapa de recuperação e em pouco tempo as *quebradas* sujas e contaminadas se converteram em espaços limpos e de qualidade para o bairro e para a cidade. A recuperação das *quebradas* não obedeceu a nenhum estudo de manejo ambiental o geológico, seguiu apenas os conhecimentos práticos dos associados, no entanto, este trabalho gerou importantes corredores ambientais para a cidade, protegeu nascentes e evitou inundações. Estes resultados levaram com que o Distrito Metropolitano de Quito, em 2002, reconhecesse o trabalho realizado pela COOVIAS, iniciando uma frutífera colaboração entre estes agentes a partir do convenio “Vida para Quito”⁷. O convenio estabeleceu o apoio para a descontaminação do curso de água, o plantio do bosque de carácter educativo com plantas nativas, a construção de jardins, a criação de uma zona de tratamento de água e a construção de espaços comunitários de recreação e esporte

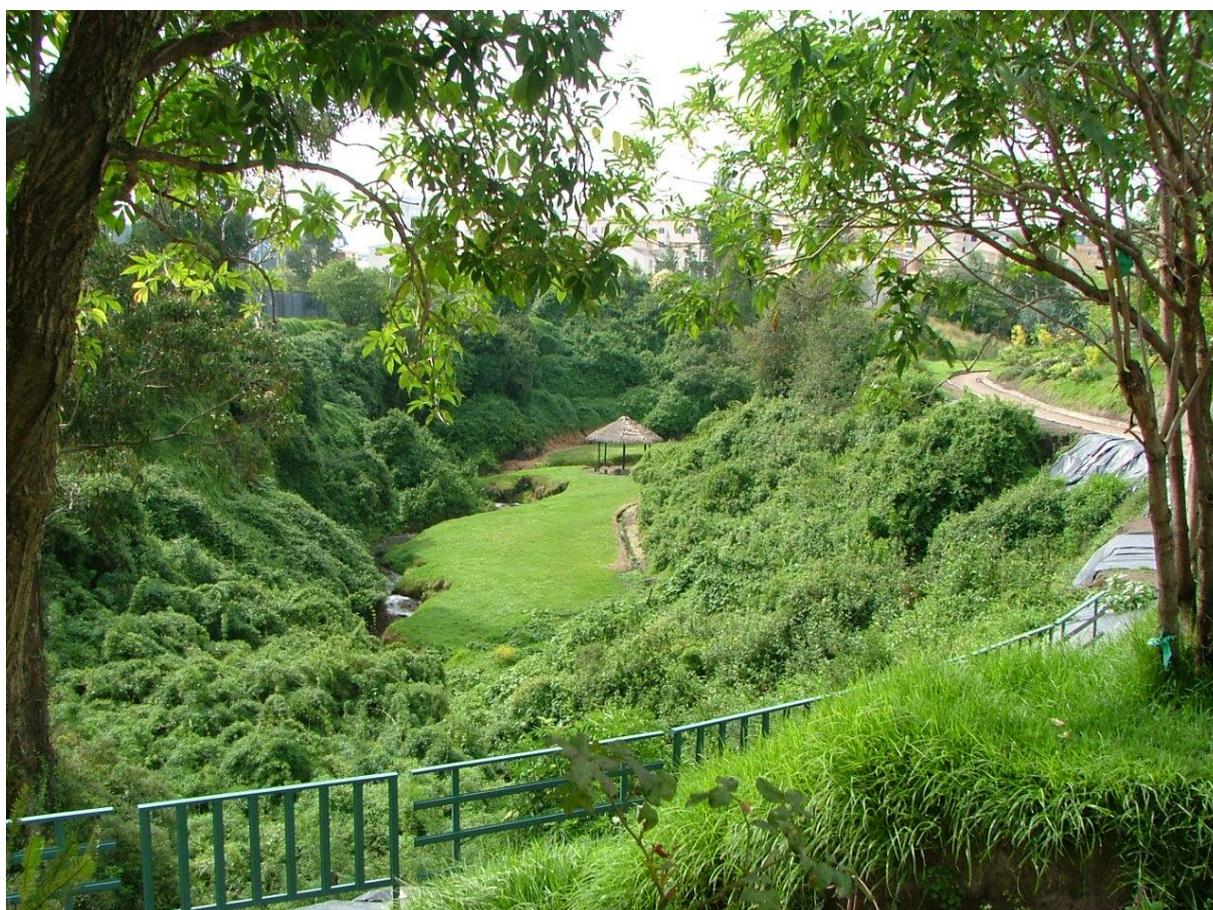
⁷ *Vida para Quito* fazia parte da *Corporación de salud ambiental* que foi uma instituição adjunta ao Município de Quito responsável pelos temas ambientais da cidade. O financiamento de suas atividades era realizado a partir dos recursos de parte do imposto de renda da população de Quito.



(COOVIAS, 2012a). As ações buscaram fomentar a consciência cidadã para a conservação do meio ambiente.

Durante a etapa de construção foram implantados 6 quilômetros de ciclovias, quiosques, áreas verdes, hortas, jardins nas encostas, trilhas ecológicas, parques infantis e pontes” (MELO, sem data[c]). A reflorestação do parque foi realizada com o apoio de estudantes de colégios do setor, foram plantadas aproximadamente 4000 árvores. Além disso, os 800 metros de trilhas ecológicas e o projeto de proteção dos olhos de água cumprem também a função de educação ambiental, onde se realizam passeios e visitas guiadas.

FIGURA 04 – Parque ecológico atualmente.



Fonte: COOVIAS

Em pouco tempo, a COOVIAS assumiu o papel de assessor técnico para outras cooperativas e inspirou algumas iniciativas do poder público. Em 2004, o município de Quito criou o Parque Linear do *Rio Machángara*, com 30 quilômetros de extensão dedicados a preservação e proteção das quebradas do rio mais importante que atravessa a cidade de Quito e em 2008 adotou a política de recuperação e tratamento das *quebradas*, representando um importante avanço no manejo ambiental destes ecossistemas tão importantes para a cidade.



Atualmente, a COOVIAS continua ampliando sua ação para toda a zona de Quitumbe. Este setor da cidade, passou por um notável crescimento urbano nos últimos anos, configurando-se como mais um bairro incorporado à trama urbana e o parque ecológico segue mantido pela comunidade, estabelecendo-se como importante corredor ambiental para a metrópole e exemplo para outras comunidades. Nos últimos anos tem sido realizado eventos que fortalecem a formação comunitária, entre eles, a realização do *Encuentro Latinoamericano de Actores y Actoras de la Economía Solidaria*, o *Foro de Participación Ciudadana de Quitumbe*, o *Foro Ambiental Urbano de Quitumbe*. Além disso criou-se o *Centro de Interpretación Ambiental Quitumbe*, um espaço dedicado as atividades, reuniões, eventos e workshops para a educação social e formação ambiental (MELO, sem data[c]). A constante gestão para a conservação ambiental e o compromisso com a formação cidadã fez com que o Município de Quito reconheça o trabalho da COOVIAS a partir da *Distinção Ambiental Metropolitana Quito Sostenible* através da Secretaria Municipal de Ambiente de Quito, em 2016 (DISTRITO METROPOLITANO DE QUITO, 2017). Para Fabián Melo, presidente da COOVIAS, esta experiência contribui não só com a cidade, mas com o país, uma vez que sua construção está baseada na organização social e comunitária, que é a base de uma sociedade consciente, organizada, propositiva e democrática (no date[a]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *buen vivir* trouxe novos horizontes epistemológicos e abriu novas agendas para atuação da sociedade e do Estado na construção de “novos mundos” (ACOSTA, 2012). O reconhecimento da plurinacionalidade, dos direitos da natureza e da inclusão do *buen vivir* como uma ideia que se contrapõe ao modelo economicista de desenvolvimento são o resultado de lutas organizadas desde os povos originários e camponeses, menosprezados e ignorados por décadas em nosso continente. Este talvez seja o principal motivo da origem do conceito ser atribuída aos povos andinos originários. No entanto, apesar de reconhecer o aporte destas lutas é preciso entender que nossas culturas passaram por um longo processo de hibridização, o que por um lado nos traz o grande desafio de reunir esta diversidade, mas por outro lado nos traz a riqueza de saberes que poderiam ser utilizados na construção de alternativas para nossos povos, a partir de ecologia de saberes (SANTOS, 2009).

Ainda que novos horizontes epistemológicos e novas agendas tenham sido abertas, estamos diante de um processo de construção. Disto decorre, uma serie de disputas e divergências nas interpretações deste conceito e pontos de encontro, inclusive com outras lutas, como é o caso das lutas empreendidas mundialmente contra o neoliberalismo. Como Gudynas (2011) o apresenta, o *buen vivir* é mais uma grande plataforma do que um conceito.

Neste sentido, o Equador e a Bolívia cumprem um importante papel ao incluírem o *buen vivir* em seus marcos legais. Ao enfrentar este primeiro desafio, estes países promoveram as bases legais para a construção do debate desde seus territórios a partir de um ambiente democrático onde os diferentes saberes e conhecimentos se encontrem. É evidente que este debate e esta construção dependerão da correlação de forças e dos interesses geopolíticos em cada momento. Assim, novos desafios se apresentarão ao longo



do tempo, como por exemplo, a elaboração de políticas e plataformas para que o *buen vivir* seja construído entre Estado e sociedade.

No caso equatoriano, o *buen vivir* funciona como um grande guarda chuva para desenvolver as diferentes temáticas desde o Estado. Dentre as tantas facetas do *buen vivir*, a questão do habitat se mostra promissora para buscar alternativas para a construção desta nova sociedade. A estratégia territorial implementada pelo governo equatoriano permitiu a descentralização e com isto maior autonomia desde os municípios, no entanto, pouco se avançou em relação à escala do habitat, apesar de ser uma temática importante dentro o planejamento proposto.

A construção de alternativas ao desenvolvimento e a superação do neoliberalismo, entendido como uma construção do sistema capitalista, seja a partir do Estado, seja a partir da sociedade, passam pelo questionamento de paradigmas construídos durante a modernidade e pela compreensão das relações de dominação que persistem em nosso continente desde a colonização. Portanto, superar o desenvolvimento passaria pela questão cultural, assim como pela reconstrução da relação homem natureza, construída nas diferentes escalas: desde a escala macro (nacional) abordando questões referentes aos limites do extrativismo, até a escala micro, entendida aqui como o habitat. Acredita-se que o habitat, como escala de estudo, permite tratar das questões culturais e da relação homem-natureza desde a dimensão cotidiana desde as ideias provenientes da cosmovisão andina.

A análise de exemplos como o COOVIAS se mostra interessante pois ilustra a importância da participação cidadã na construção de alternativas, baseadas nos princípios do *buen vivir* (*sumak Kawsay*).

“El Sumak Kawsay fortalece la cohesión social, los valores comunitarios y la participación activa de individuos y colectividades en las decisiones relevantes, para la construcción de su propio destino y felicidad. Se fundamenta en la equidad con respeto a la diversidad, cuya realización plena no puede exceder los límites de los ecosistemas que la han originado. No se trata de volver a un pasado idealizado, sino de encarar los problemas de las sociedades contemporáneas con responsabilidad histórica (PNVB, 2013, p.23).”

O caso *Alianza Solidaria* permitiu identificar os atores, as formas de organização comunitária, as questões culturais que incidiram sobre a tomada de decisões, as relações entre a comunidade e o Estado e principalmente a importância do habitat para a construção de comunidades que promovam o *buen vivir* desde seus territórios. A partir da análise de diferentes exemplos espera-se aprofundar sobre a promoção do *buen vivir* desde a escala local, entendendo que o território é uma construção transescalar. Este exemplo, permite ainda mensurar o alcance de suas conquistas e seus desafios desde a relação com o Estado, considerando a existência ou a falta de políticas que poderiam fomentar este tipo de iniciativa, buscando metodologias que permitam construir políticas para a promoção do habitat baseadas no *buen vivir*.



REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. *El Buen Vivir, una oportunidad por construir*. Revista Ecuador Debate, n. 75, p. 198-216, 2009.

ACOSTA, Alberto. *El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo: Una lectura desde la Constitución de Montecristi*. Fundación Friedrich Ebert. Policy Paper n. 9, 2010. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-les/bueros/quito/07671.pdf>

ACOSTA, Alberto. *Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición*. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (Ed.). *Más allá del desarrollo: Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, p. 83-118, 2011.

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In. Um campeão visto de perto. Editora Fundação Boell, 2012. Disponível em: <http://www.br.boell.org/web/19-1448.html>

ALBERTI, Giorgiomayer, MAYER, Enrique. Reciprocidad e intercambio en los Andes peruanos. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974.

CHOQUEHUANCA, David. *Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. América Latina en Movimiento*, v. 34, n. 452, p. 8-13, Quito, 2010.

ECUADOR. *Constituição de la República del Ecuador 2008*, Registro oficial n. 449 del 20 de octubre de 2008. Disponível em <http://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf>. Acceso en: 10/11/2018.

LÓPEZ, Sandra. *El rol de la formación en la construcción de comunidades participativas y autogestionarias para el buen vivir aplicado en el proyecto habitacional Alpallacta de la cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria*. Universidad Politécnica Salesiana, Quito, 2014.

GUDYNAS, Eduardo. *Desarrollo, derechos de la naturaleza y Buen Vivir después de Montecristi*. In: WEBER, G. (Ed.). *Debates sobre cooperación y modelos de desarrollo: perspectivas desde la sociedad civil en Ecuador*. Quito: Centro de Investigaciones Ciudad, 2011(a).

GUDYNAS, Eduardo. Germinando alternativas al desarrollo. 2011(b). Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/48052>.

LE QUANG, Mathieu y VERCOUTÉRE, Tamia. *Ecosocialismo y buen vivir: diálogo entre dos alternativas al capitalismo*. Editorial IAEN, 1ª ed. Quito, 2013.



MUYOLEMA, Armando. *Las poéticas del Sumak Kawsay en un horizonte global*. Em François Houtart y Virgit Daiber, comps. *Un paradigma poscapitalista: el Bien Común de la Humanidad*. Panamá, Ruth Casa Editorial: 343-358. Quito, 2012.

FLORES. Pabel Camilo López. Defensa de territorios indígenas en las tierras bajas de Bolivia: derechos colectivos, neoextractivismo y autonomía. E-cadernos ces [online], 2017, consultado el 21 agosto 2018. Disponible em: <http://journals.openedition.org/eces/2473> ; DOI : 10.4000/eces.2473

ALCOREZA, Raúl Prada. *El vivir bien como modelo de Estado y modelo económico*. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (Ed.). *Más allá del desarrollo: Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, p. 221-256, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In: ALMEIDA, Fernando (Org). *A questão urbana na América Latina: textos*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del Poder y Classicación Social*. *Journal of World Systems Research*, VI, 2, Summer/Fall, 2000. Disponible em: <http://jwsr.ucr.edu>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo. Editora Cortez, 637páginas, 2010.

SENPLADES. *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural*. Quito, Ecuador, 2013.

SENPLADES. *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: 2013-2017: Todo el mundo mejor*. Quito, Ecuador, p. 520, 2009.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VANHULST. Julien, El laberinto de los discursos del Buen vivir: entre *Sumak Kawsay* y Socialismo del siglo XXI. *Polis, Revista Latinoamericana*, v. 14, n. 40, p. 233-261, 2015.

YASHAR, Deborah. J. *Contesting Citizenship in Latin America: The Rise of Indigenous Movements And The Postliberal Challenge*. Cambridge University Press, 2005.

COOVIAS. *Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria. La Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria 10 años de historia: procesos y aprendizajes 1990-2010*. Tomo I [Libro] Archivo: COOVIAS. Quito. 2012(a).



COOVIAS. *Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria. La Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria 10 años de historia: procesos y aprendizajes 1990-2010*. Tomo 3 Planes y Propuestas Solidaridad. Archivo: COOVIAS -FEDAEPS. Quito. 2012(b).

COOVIAS. *Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria. La Cooperativa de Vivienda Alianza Solidaria 10 años de historia: procesos y aprendizajes 1990-2010*. Tomo 6 Revista y Trípticos. Archivo: COOVIAS -FEDAEPS. Quito. 2012 (c).

MELO, Fabián *Resumen Ejecutivo: nuestra Propuesta Cooperativa - I Parte*. Quito: Presidencia COOVIAS. (no date[a])

MELO, Fabián. *Autogestión Comunitaria para el Buen Vivir. Una experiencia de economía solidaria para la construcción de hábitat, comunidad y vivienda en entornos urbano populares*. Quito: Presidencia COOVIAS. (no date[a])

MELO, Fabián. *Construyendo Hábitat Comunitario y Autogestionario: medio ambiente, espacio público, comunidad y vivienda. Una experiencia de construcción social y cooperativa de hábitat popular en el Sur de Quito*. (no date[c]).

Distrito metropolitano de Quito (DMQ). Secretaría de Ambiente Municipal de Quito *Distinción Ambiental Metropolitana Quito Sostenible*. 2017. [online] Disponible em: http://www.quitoambiente.gob.ec/ambiente/images/Secretaria_Ambiente/Buenas_Practicas_Ambientales/distincion/informacion_DAM_QS_2017.pdf [Accesado 2 Oct. 2018].